

The logo for CEUB (Centro de Estudos Urbanos e Regionais) is displayed in a stylized, bold font. The letters 'C', 'E', and 'U' are connected, and the 'B' is separate. The logo is white and set against a dark red background.

EDUCAÇÃO SUPERIOR

ISSN 2236-1677

The cover image features a large, white, modern building with a prominent, curved facade and a large, white, abstract sculpture in the foreground. The sculpture is a seated figure, possibly a woman, holding a long, thin object. The building has a glass facade and a large, curved roof. The sky is blue with some clouds. The overall scene is a modern architectural setting.

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICAS PÚBLICAS
BRAZILIAN JOURNAL OF PUBLIC POLICY

Evidências de ciclos políticos oportunistas e partidários nos gastos sociais e seus efeitos no desenvolvimento socioeconômico local

Evidence of opportunistic and partisan political cycles on social spending and its effects on local socio-economic development

Daiane Pias Machado

Maria Nazaré Oliveira Wyse

Marco Aurélio Gomes Barbosa

Ana Paula Capuano da Cruz

VOLUME 12 • Nº 3 • DEZ • 2022

Sumário

POLÍTICAS PÚBLICAS, DESENVOLVIMENTO E JUSTIÇA	17
OS DONOS DO PODER: A PERTURBADORA ATUALIDADE DE RAYMUNDO FAORO	19
Luís Roberto Barroso	
EVIDÊNCIAS DE CICLOS POLÍTICOS OPORTUNISTAS E PARTIDÁRIOS NOS GASTOS SOCIAIS E SEUS EFEITOS NO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO LOCAL.....	35
Daiane Pias Machado, Maria Nazaré Oliveira Wyse, Marco Aurélio Gomes Barbosa e Ana Paula Capuano da Cruz	
PERCEPÇÕES SOBRE O ACESSO À INFORMAÇÃO E A CORRUPÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL: OS DOIS LADOS DA MESMA MOEDA	59
Suélem Viana Macedo, Josiel Lopes Valadares, Wanderson de Almeida Mendes e Marconi Silva Miranda	
O ESTADO SOCIAL E O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ALCANCE DA JUSTIÇA SOCIAL.....	83
Oswaldo Ferreira de Carvalho	
ORÇAMENTO UNIFICADO NACIONAL: UMA PROPOSTA DE SUPERAÇÃO DA DIVISÃO ENTRE UNIÃO COMO EMISSORA E ENTES SUBNACIONAIS COMO USUÁRIOS DA MOEDA ESTATAL	108
Julio Cesar de Aguiar	
POLÍTICAS PÚBLICAS EM TECNOLOGIA	131
INTRODUCTION OF DIGITAL PLATFORMS TO STATE AND MUNICIPAL ADMINISTRATION: OPPORTUNITIES FOR REGULATION AND TRANSFORMATION OF SOCIAL SERVICES FOR THE POPULATION	133
Dmitriy Nakisbaev e Natalia Dugalich	
O PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS E AS NOVAS REGRAS DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO BRASIL	145
Devilson da Rocha Sousa e Bianca Amorim Bulzico	
OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO NO BRASIL E O PARADIGMA DA ACELERAÇÃO CONTEMPORÂNEA: O PAPEL DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E O SURGIMENTO DAS FORÇAS CONTRA HEGEMÔNICAS.....	162
Bruno Mello Corrêa de Barros Beuron e Thiago Antônio Beuron Corrêa de Barros	
FAKE NEWS, DISCURSOS DE ÓDIO E ATIVISMO DIGITAL: MOVIMENTOS SOCIAIS DE DESMONETIZAÇÃO, DESAFIOS JURÍDICOS E REFLEXÕES SOBRE O CASE SLEEPING GIANTS BRASIL	180
Hígor Lameira Gasparetto, Frederico Thaddeu Pedroso e Rafael Santos de Oliveira	

POLÍTICAS PÚBLICAS EM MATÉRIA ALIMENTAR.....	199
APLICAÇÃO DE INSIGHTS COMPORTAMENTAIS NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: ROTULAÇÃO DE ALIMENTOS COM SUBSTÂNCIAS CANCERÍGENAS.....	201
Benjamin Miranda Tabak e Guilherme dos Santos Araújo	
UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE OS PROJETOS DE LEI DE COMBATE AO DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS NO BRASIL	227
Bruna Laís Ojeda Cruz, Adriano Marcos Rodrigues Figueiredo, Mayra Batista Bitencourt Fagundes e Paula da Silva Santos	
POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO.....	253
THE STUDENT MOVEMENT 2011 AND FREE EDUCATION POLICY IN CHILE (2017)	255
Alejandro Olivares, Camila Carrasco e Victor Tricot	
POLÍTICA, ADMINISTRAÇÃO E DIREITO EDUCACIONAL: NOÇÕES DE HOLISMO, PLURALIDADE E DEMOCRACIA NA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	275
Rhuan Filipe Montenegro dos Reis, Marcelo Rodrigues dos Reis e Patricia Peregrino Montenegro	
POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE.....	298
HACIA LA CONCRECIÓN DEL DERECHO A LA INFORMACIÓN SANITARIA EN CHILE.....	300
Juliana Salome Diaz Pantoja	
AS PARCERIAS PARA O DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E AS DOENÇAS TROPICAIS NEGLIGENCIADAS.....	322
Marcos Vinício Chein Feres e Alan Rossi Silva	
ANÁLISE MORAL INSTITUCIONAL DE UMA INJUSTIÇA GLOBAL: O CASO DO ACESSO A MEDICAMENTOS ANTIRRETROVIRAIS NO SUL GLOBAL	355
Ademar Pozzatti e Lucas Silva de Souza	
A GOVERNANÇA MULTINÍVEL E O CONTROLE EXTERNO EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE NO ÂMBITO LOCAL: A POSSIBILIDADE INDUTORA DOS PARECERES DO TRIBUNAL DE CONTAS	387
Betieli da Rosa Sauzem Machado e Ricardo Hermany	
POLÍTICAS PÚBLICAS EM SANEAMENTO	415
A REMUNICIPALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA FRANÇA: EXEMPLO PARA O BRASIL?.....	417
Patrícia Albuquerque Vieira e Tarin Cristino Frota Mont'Alverne	

CAPACIDADES INSTITUCIONAIS PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO AO SANEAMENTO BÁSICO .437 Juliana Maria de Araújo, Marco Aurélio Marques Ferreira e Tiago Carneiro da Rocha	
POLÍTICA PÚBLICA URBANA	463
O MUNICÍPIO E A POLÍTICA URBANA: O FEDERALISMO SIMÉTRICO EM XEQUE	465
Angela Moulin S. Penalva Santos	
SAMISAKE PROGRAM IS IMPROVING THE ECONOMIC CAPABILITIES OF URBAN POOR IN BENGKULU CITY, INDONESIA	489
Sugeng Suharto	
POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS	512
EL SISTEMA DE COMERCIO DE EMISIONES DEL ACUERDO DE PARÍS Y EL CARBONO AZUL	514
Alberto Olivares	
OMISSÃO DO ESTADO BRASILEIRO E O ROMPIMENTO DE BARRAGENS DE MINERAÇÃO	538
Marcos Ribeiro Botelho e Rodolfo Andrade de Gouveia Vilela	
POLÍTICAS PÚBLICAS DIRECIONADAS A GRUPOS MINORITÁRIOS	556
DECOMPONDO AS DESIGUALDADES SALARIAIS DE GÊNERO: EVIDÊNCIAS PARA BRASIL E COLÔMBIA	558
Solange de Cassia Inforzato de Souza, Magno Rogério Gomes e Nadja Simone Menezes Nery de Oliveira	
O PAPEL DA EMPRESA PARA ASSEGURAR OS DIREITOS DA PERSONALIDADE DOS REFUGIADOS POR MEIO DO TRABALHO DECENTE: FUNÇÃO SOCIAL, COMPLIANCE E OS DESAFIOS PARA CONTRATAÇÃO	579
Leda Maria Messias da Silva e René Dutra Teixeira	
PRETOGLOBALIZAÇÃO: UMA NARRATIVA CONTRA HEGEMÔNICA DAS GLOBALIZAÇÕES E O UNIVERSALISMO EURO-AMERICANO	599
Arménio Alberto Rodrigues da Roda e Augusto Checue Chaimite	
OUTROS TEMAS	614
LOS PUEBLOS INDÍGENAS COMO SUJETOS DE DERECHO INTERNACIONAL Y ANTE LOS ESTADOS NACIONALES	616
Juan Jorge Faundes	
EL CAMPO POLÍTICO DE LAS JUVENTUDES EN COLOMBIA EN ÉPOCA DE PANDEMIA	646
Holmedo Peláez Grisales e Lina Marcela Estrada Jaramillo	

EFFECTS OF CORPORATIZATION ON THE FINANCIAL PERFORMANCE OF NON-FINANCIAL STATE-OWNED ENTERPRISES IN LATIN AMERICA BETWEEN 1999 AND 2018666
Martha Liliana Arias-Bello, Mauricio Gómez-Villegas e Oscar Andrés Espinosa Acuña

A GARANTIA DA IGUALDADE NOS NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS E A APLICAÇÃO DO CONTROLE DE VALIDADE PELO JUIZ689
Francisco Luciano Lima Rodrigues, Nilsiton Rodrigues Andrade Aragão e Bruno Costa Bastos

Evidências de ciclos políticos oportunistas e partidários nos gastos sociais e seus efeitos no desenvolvimento socioeconômico local*

Evidence of opportunistic and partisan political cycles on social spending and its effects on local socio-economic development

Daiane Pias Machado**

Maria Nazaré Oliveira Wyse***

Marco Aurélio Gomes Barbosa****

Ana Paula Capuano da Cruz*****

Resumo

Investiga-se, neste estudo, a influência dos ciclos políticos oportunistas e partidários sobre os gastos sociais municipais, e estimam-se seus efeitos sobre o desenvolvimento socioeconômico local. Para isso, analisaram-se os dados dos municípios do Rio Grande do Sul com base na abordagem econométrica da análise de dados em painel, relativa ao período de 2004 a 2016, último anos de publicação do indicador de desenvolvimento socioeconômico utilizado nesta pesquisa (Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – IFDM). Os resultados indicam que as variáveis de gastos sociais, analisadas de forma individual ou agregada, contribuem com o crescimento do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico dos Municípios Gaúchos e que os ciclos políticos oportunistas interferem, negativamente, nessa relação, reduzindo o efeito dos gastos sociais sobre o desenvolvimento local. Tal efeito pode ser observado pela redução desses gastos em períodos eleitorais, nos quais os governos municipais tendem a gastar menos em áreas sociais, visando mostrar sua competência em outros gastos de maior visibilidade aos eleitores. Evidencia-se, neste artigo, ainda, a ocorrência de ciclo político partidário, pois o alinhamento político-partidário dos prefeitos municipais com o Governo Federal produziu efeitos positivos sobre o desenvolvimento socioeconômico dos municípios gaúchos.

Palavras-chave: ciclo político; gastos sociais; desenvolvimento socioeconômico.

Abstract

This study investigates the influence of opportunistic and partisan political cycles on municipal social spending and estimates its effects on local socio-economic development. For this, data from the municipalities of Rio Grande do Sul were analyzed and the econometric approach of panel data analysis was used, for the period from 2004 to 2016, the last years of publication of

* Recebido em 09/03/2022

Aprovado em 01/07/2022

** Doutora em Contabilidade pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Professora Adjunta no Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Email: daianepiasmachado@yahoo.com.br

*** Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Contadora na Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Email: mariawyse@furg.br

**** Doutor em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Professor Adjunto no Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

Email: marcobarbosa@furg.br

***** Doutora em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (FEA/USP), Professora Adjunta no Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

Email: anapaulacapuanocruz@gmail.com

the socioeconomic development indicator used in this research (FIRJAN Municipal Development Index - IFDM). The results indicate that social spending variables, analyzed individually or in aggregate, contribute to the growth of the socioeconomic development index of municipalities in Rio Grande do Sul and that opportunistic political cycles negatively interfere in this relationship, reducing the effect of social spending on local development. This effect is observed through the reduction of these expenses in electoral periods, in which municipal governments tend to spend less in social areas, aiming to show their competence in other expenses of greater visibility to voters. The article also highlights the occurrence of a political party cycle, as the political-party alignment of the municipal mayors with the Federal Government produced positive effects on the socioeconomic development of the municipalities in the State.

Keywords: political cycles; social spending; socio-economic development.

1 Introdução

O desenvolvimento socioeconômico de uma região é impactado pelos gastos públicos. Municípios menos desenvolvidos tendem a investir mais recursos públicos em pilares básicos sociais, tais como assistência social e educação¹. Por outro lado, municípios bem desenvolvidos apresentam maiores gastos em saneamento e cultura, provavelmente porque já têm elevado nível de urbanização, o que permite o investimento em infraestrutura e no desenvolvimento da população¹. Dessa forma, o governo, em suas diferentes esferas, deve atuar com o objetivo de alavancar o desenvolvimento das regiões sob sua responsabilidade².

Nesse sentido, o contexto socioeconômico exerce influência nos gastos públicos³. Estes, por sua vez, são influenciados por diversos fatores políticos que acarretam significativos impactos econômicos, a exemplo do ciclo político.

A análise dessa relação pode ser feita à luz da Teoria dos Ciclos Políticos, a qual, segundo Sakurai⁴, pode ser definida, genericamente, como a possibilidade de fatores políticos afetarem o comportamento das variáveis econômicas, ou seja, permite analisar diversos fatores que influenciam e que são influenciados por aspectos políticos e econômicos.

A Teoria dos Ciclos Políticos parte do pressuposto de que os políticos, com a intenção de se manterem no poder, buscam formular situações econômicas que se demonstrem favoráveis à sociedade. As primeiras discussões sobre o comportamento dos *policymakers* frente ao calendário eleitoral surgiram com os trabalhos de Kalecki⁵, Akerman⁶ e, mais adiante, com Downs⁷. Esses estudos mereceram destaque pela tentativa de buscarem modelos formais que explicassem o impacto dos fatores políticos na economia⁸.

¹ PREARO, L. C.; MARACCINI, M. C.; DO CARMO, M. R. Fatores determinantes do índice de desenvolvimento humano dos municípios do Estado De São Paulo. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 5, n. 1, p. 132-155, 2015.

² PINTO, N. G. M.; CORONEL, D. A.; VIEIRA, K. M.; CERETTA, P. S. A influência dos fatores socioeconômicos no endividamento dos municípios do Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 11, n. 1, 2015.

³ MORAIS, L. M. F.; SARMENTO, T. L. D. F.; DINIZ, J. A.; QUEIROZ, D. B. Determinantes dos gastos públicos dos municípios brasileiros. In: CONGRESSO USP INTERNATIONAL CONFERENCE IN ACCOUNTING, 18., 2018, São Paulo. *Anais...* São Paulo, 2018.

⁴ SAKURAI, S. N. Ciclos políticos nas funções orçamentárias dos municípios brasileiros: uma análise para o período 1990-2005 via dados em painel. *Estudos Econômicos*, v. 39, n. 1, p. 39-58, 2009.

⁵ KALECKI, M. Political aspects of full employment. *Political Quarterly*, v. 14, 1943.

⁶ AKERMAN, J. Political economic cycles. *Kyklos*, v. 1, n. 2, p. 107-117, 1947.

⁷ DOWNS, A. An economic theory of political action in a democracy. *Journal of Political Economy*, v. 65, n. 2, p. 135-150, 1957.

⁸ CARVALHO, F. A. A. D.; OLIVEIRA, K. V. D. A contabilidade governamental e a teoria dos ciclos políticos: uma análise empírica fiscal e contábil sobre os municípios do estado do Rio de Janeiro-1998/2006. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, v. 3, n. 1, p. 46-64, 2009.

Mas, a partir dos anos 70, com os trabalhos de Nordhaus⁹, Hibbs¹⁰, Alesina¹¹, Rogoff, e Sibert¹² e Rogoff¹³, as discussões acerca da interação entre o aspecto econômico e político se aprofundaram, passando a ser denominado de Ciclos Político Econômicos (*Political Business Cycle*). Os modelos apresentam características oportunistas e partidárias e contemplam expectativas adaptativas e racionais.

A partir desses estudos, diversas pesquisas (inter)nacionais buscaram identificar a influência dos ciclos políticos econômicos e orçamentários em variáveis macroeconômicas, fiscais e orçamentárias. Em estudos internacionais, López e Rodríguez¹⁴ analisaram os ciclos políticos nos agregados macroeconômicos colombianos; Veiga e Veiga¹⁵ encontraram claras evidências de ciclos políticos oportunistas para os municípios portugueses. Seguindo nessa mesma linha, Gámez e Ibarra-Yúnez¹⁶ também encontraram as mesmas evidências para os gastos nos estados mexicanos. Assim como Chortareas, Logothetis e Papandreou¹⁷ encontraram ciclos políticos oportunistas para municípios da Grécia.

No Brasil, Sakurai¹⁸, Silva e Faroni¹⁹, Nunes²⁰ e Guerra, Paixão e Leite Filho²¹ identificaram aspectos oportunistas e partidários para as despesas dos estados e municípios brasileiros. Segundo Gionedis e Guimarães²² e Guerra *et al.*²¹, os gastos públicos tendem a aumentar em anos eleitorais e declinar nos anos pós-eleitorais, ocasionando, assim, os ciclos políticos. Alguns gastos são mais passíveis de manipulações eleitoreiras do que outros.

Dentre os estudos que envolveram gastos sociais, Sakurai¹⁸ encontrou evidência de ciclos eleitorais de forma mais expressiva nas funções de saúde e saneamento e assistência social, ao analisar os municípios brasileiros. Já Silva, Machado, Almeida e Castor²³ encontraram evidências de ciclo eleitoral nos municípios paranaenses, nos gastos com saúde e educação analisados pelo Prisma Social e mensurado pelo Índice Social.

Nos estudos de Silva e Faroni¹⁹, os resultados obtidos para os municípios do estado de Minas Gerais, em um modelo que analisa os gastos sociais como variável dependente, indicaram que os gastos sociais de educação, de assistência e previdência social e de saúde representam as funções que mais sofrem variações nos períodos eleitorais, talvez por se tratar de serviços públicos de maior interesse coletivo e visibilidade social.

⁹ NORDHAUS, W. The political business cycle. *Review of Economic Studies*, v. 42, p. 169-190, 1975.

¹⁰ HIBBS, D. A. Jr. Political parties and macroeconomic policy. *American Political Science Review*, v. 71, 1977.

¹¹ ALESINA, A. Macroeconomic policy in a two-party system as a repeated game. *Quarterly Journal of Economics*, v. 102, p. 651-678, 1987.

¹² ROGOFF, K.; SIBERT, A. Elections and macroeconomic policy cycles. *The review of economic studies*, v. 55, n. 1, p. 1-16, 1988.

¹³ ROGOFF, K. Equilibrium political budget cycles. *The American Economic Review*, v. 80, n. 1, p. 21-26, 1990.

¹⁴ LÓPEZ G, M.; RODRÍGUEZ V, A. Ciclos políticos y agregados macroeconómicos: Un análisis para el caso colombiano (1970-2005). *Perfil de Coyuntura Económica*, v. 12, p. 137-158, 2008.

¹⁵ VEIGA, L. G.; VEIGA, F. J. Political business cycles at the municipal level. *Public choice*, v. 131, n. 1-2, p. 45-64, 2007.

¹⁶ GÁMEZ, C.; IBARRA-YÚNEZ, A. El ciclo político oportunista y el gasto de los estados mexicanos. *Gestión y política pública*, v. 18, n. 1, p. 39-65, 2009.

¹⁷ CHORTAREAS, G.; LOGOTHETIS, V.; PAPANDREOU, A. A. Political budget cycles and reelection prospects in Greece's municipalities. *European Journal of Political Economy*, v. 43, p. 1-13, 2016.

¹⁸ SAKURAI, S. N. Ciclos políticos nas funções orçamentárias dos municípios brasileiros: uma análise para o período 1990-2005 via dados em painel. *Estudos Econômicos*, v. 39, n. 1, p. 39-58, 2009.

¹⁹ SILVA, S. L. P.; FARONI, W. Ciclos político orçamentários: um estudo para os municípios do estado de Minas Gerais-2000/2008. *Sinergia*, v. 14, n. 1, p. 9-20, 2010.

²⁰ NUNES, G. S. Ciclos políticos orçamentários: uma análise das despesas em educação e saúde para os municípios do Rio Grande do Sul (2002-12). *Indicadores Econômicos FEE*, v. 44, n. 4, p. 99-110, 2017.

²¹ GUERRA, D.; PAIXÃO, A. N. D.; LEITE FILHO, P. A. M. Os ciclos político-econômicos e os gastos dos estados no Brasil: 1995-2013. *Dados*, v. 61, n. 3, p. 695-734, 2018.

²² GIONEDIS, E. M.; GUIMARÃES, R. Ciclos político-econômicos: uma análise dos gastos públicos do Estado do Paraná entre 2003 e 2013. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, v. 37, n. 131, p. 177-198, 2016.

²³ SILVA, W. V.; MACHADO, E. A.; DE ALMEIDA, L. B.; CASTOR, B. J. V. Influência dos ciclos políticos sobre o índice social municipal (saúde e educação) dos municípios paranaenses a partir da teoria dos lugares centrais. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 10, n. 2, 2014.

No Rio Grande do Sul, Nunes²⁰ encontrou evidências de ciclos partidários nos gastos com educação, indicando que partidos de esquerda apresentam maiores despesas *per capita* nessa rubrica do que os partidos de centro e de direita. Também nos municípios do Rio Grande do Sul, Veloso e Bornhold²⁴ analisaram o comportamento das principais contas das despesas orçamentárias e despesas por função. De acordo com os resultados encontrados, fatores como viés ideológico dos partidos e alinhamento partidário do prefeito com partidos do governador e presidente mostram ser uma fonte de direção para as políticas por eles tomadas, por meio da evidência dos ciclos partidários.

Considerando os possíveis impactos da conduta oportunista dos mandatários sobre o bem-estar da sociedade, Queiroz e Silva²⁵ ressaltam a importância de pesquisas com a utilização de modelos com variáveis de cunho social. Aliados a isso, Costa *et al.*²⁶ atentam para a impossibilidade de modificação, significativamente, dos níveis de desenvolvimento socioeconômico em um curto espaço de tempo e para a importância das condições anteriores nesse processo.

Diante dos indícios sugeridos na literatura sobre a existência de ciclos políticos e seus efeitos sobre diversos aspectos da economia e sociedade, o objetivo da pesquisa apresentada neste artigo é investigar a influência dos ciclos políticos oportunistas e partidários sobre os gastos sociais e estimar seu efeito sobre o desenvolvimento socioeconômico dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

Entendem-se por ciclos políticos as flutuações ocorridas na política fiscal, vinculadas ao calendário eleitoral, que podem ser observados por variáveis que identificam os anos pré-eleitorais, eleitorais e pós-eleitorais. Por desenvolvimento socioeconômico local compreende-se o desempenho municipal nas três vertentes ligadas ao desenvolvimento humano, que são: emprego e renda, educação e saúde, avaliadas nesta pesquisa pelo Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – IFDM.

Este trabalho integra um conjunto de estudos atuais desenvolvidos com o propósito de identificar a presença dos ciclos políticos oportunistas e partidários em variáveis fiscais e orçamentárias^{27 28 29 30 31}. Com o diferencial de acrescentar a análise do efeito dos ciclos políticos sobre o desenvolvimento socioeconômico captado com base nos gastos sociais dos municípios gaúchos, já que o Rio Grande do Sul apresenta características heterogêneas quanto aos aspectos socioeconômicos de seus municípios ou regiões³². Assim, com as evidentes disparidades encontradas dentro do território gaúcho, justificam-se estudos dessa natureza.

Além disso, o tema revela sua importância para a compreensão da situação política dos municípios, pois permite uma melhor visualização das práticas oportunistas e partidárias realizadas pelos governantes, as quais afetam a economia e, conseqüentemente, o bem-estar da população local, impedindo a criação de valor público.

²⁴ VELOSO, G. O.; BORNHOLD, S. D. Averiguação empírica de ciclos políticos nos municípios gaúchos, entre 1995 e 2008. *Ensaio FEE*, v. 36, n. 4, p. 1069-1096, 2016.

²⁵ QUEIROZ, M. C. L.; SILVA, A. B. Ciclos políticos orçamentários no estado do Ceará, 1986-2006. *Planejamento e políticas públicas*, v. 35, 2010.

²⁶ COSTA, C. C. D. M.; FERREIRA, M. A. M.; BRAGA, M. J.; ABRANTES, L. A. Fatores associados à eficiência na alocação de recursos públicos à luz do modelo de regressão quantílica. *Revista de Administração Pública*, v. 49, n. 5, p. 1319-1347, 2015.

²⁷ DE OLIVEIRA, T. M. G.; DALL'ASTA, D.; ZONATTO, V. C. S.; MARTINS, V. A. Gestão fiscal municipal: uma análise sob a ótica do federalismo fiscal e dos ciclos políticos nos governos locais. *Administração Pública e Gestão Social*, v. 13, n. 4, 2021.

²⁸ DOS SANTOS, P. H. P.; WAKIM, V. R.; FERNANDES, C. I. P. Ciclos políticos eleitorais: há influência das eleições municipais sobre a execução orçamentária dos municípios mineiros?. *Contabilidade Gestão e Governança*, v. 24, n. 2, p. 239-255, 2021.

²⁹ SOUZA, L. C.; DE AZEVEDO, R.R.; CROZATTI, J. Dicotomias fiscais e distributivas dos ciclos político-orçamentários: análise da reserva de contingência nos municípios brasileiros. *Revista do Serviço Público*, v. 72, n. 1, p. 232-261, 2021.

³⁰ BARTOLUZZIO, A. I. S. de S.; ANJOS, L. C. M. dos. Ciclos políticos e gestão fiscal nos municípios brasileiros. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 24, p. 167-180, 2020.

³¹ GAMA, R. B. resultado Primário e Ciclo Político-eleitoral nos estados Brasileiros (1987-2010). *Dados*, v. 62, 2019.

³² PINTO, N. G. M.; CORONEL, D. A.; VIEIRA, K. M.; CERETTA, P. S. A influência dos fatores socioeconômicos no endividamento dos municípios do Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 11, n. 1, 2015.

Portanto, o presente estudo contribui com a literatura nacional sobre ciclos políticos ao avançar no conhecimento, envolvendo como variável dependente o desenvolvimento socioeconômico e inserindo o termo de interação que permite captar o efeito dos gastos sociais sobre o desenvolvimento socioeconômico quando mediado pelo ciclo político. Estudos anteriores observados não trataram diretamente dessa relação, o conhecimento que se tem é da influência e efeito do ciclo político oportunista ou partidário sobre variáveis relacionadas ao desenvolvimento socioeconômico.

Dessa forma, diante da importância dos municípios, na indução e promoção do desenvolvimento socioeconômico, este trabalho também pode contribuir para o conhecimento e percepção dos cidadãos em relação às ações desenvolvidas pelos governantes, além de ampliar as discussões sobre a Teoria dos Ciclos Políticos Oportunistas e Partidários nos Municípios Gaúchos, envolvendo o termo de interação.

Este estudo se delimita à análise dos ciclos políticos oportunistas e partidários, avaliados pelo calendário eleitoral e pelos partidos políticos, seus efeitos sobre os gastos públicos sociais (saúde e saneamento; educação e cultura; assistência social e previdência) e sobre o desenvolvimento socioeconômico (IFDM), nos municípios do Estado do Rio Grande do Sul, entre os anos 2004 e 2016. Justifica-se a delimitação do período de análise ter ocorrido até o ano de 2016 devido à última edição do IFDM ter sido publicada no ano 2018, referente ao ano-base 2016.

Além desta introdução, na seção dois, destacam-se os elementos teóricos responsáveis por embasar a construção do problema de pesquisa. Na terceira seção, apresentam-se os métodos e os aspectos metodológicos deste estudo. Na quarta são discutidos os resultados e, por fim, na seção cinco, apresentam-se as considerações finais.

2 Teoria dos ciclos políticos

A Teoria dos Ciclos Políticos apresenta modelos que buscam explicar a relação entre flutuações econômicas e questões políticas. Downs (1957) constatou que, em um sistema democrático, os governantes são instigados a formular e executar políticas públicas de forma a obter vantagens particulares e atender a seus interesses privados, ou seja, visando única e exclusivamente maximizar o número de votos e manterem-se no poder. Portanto, os *policymakers* não estariam preocupados em cumprir com a sua função de maximizar o bem-estar da população, mas em maximizar o seu próprio bem-estar.

Contudo, a partir dos anos 70, a temática dos ciclos políticos ganhou maior robustez. Com o trabalho de Nordhaus³³, a abordagem dos ciclos políticos econômicos (*political business cycles*) se consolidou. Em seu modelo tradicional, diferentes comportamentos políticos são investigados para analisar a presença de ciclos políticos, que poderá ser Oportunista e Partidário. A análise relacionada à existência de política oportunista pode ser caracterizada por considerar o pressuposto de que governantes, independentemente de ideologia partidária, visam, implícita e fundamentalmente, manter-se no poder. O modelo que aborda o comportamento oportunista pode ser dividido em duas vertentes, uma considerando expectativas adaptativas Nordhaus²⁷ e outra considerando expectativas racionais Rogoff e Sibert³⁴ e Rogoff³⁵, mas ambas procurando justificar a existência de ciclos em função do calendário eleitoral.

O modelo que aborda a perspectiva partidária dos ciclos políticos considera as diferenças ideológico-partidárias e a possibilidade de esse fator alterar o comportamento econômico. Esta corrente tem como referência os trabalhos de Hibbs³⁶, considerando o pressuposto de expectativas adaptativas em relação à

³³ NORDHAUS, W. The political business cycle. *Review of Economic Studies*, v. 42, p. 169-190, 1975.

³⁴ ROGOFF, K.; SIBERT, A. Elections and macroeconomic policy cycles. *The review of economic studies*, v. 55, n. 1, p. 1-16, 1988.

³⁵ ROGOFF, K. Equilibrium political budget cycles. *The American Economic Review*, v. 80, n. 1, p. 21-26, 1990

³⁶ HIBBS, D. A. Jr. Political parties and macroeconomic policy. *American Political Science Review*, v. 71, 1977

preferência dos eleitores e Alesina³⁷, pressupondo expectativas racionais. Conforme essa abordagem, os partidos políticos possuem preferências diferentes em relação à conduta de suas respectivas políticas econômicas e, com isso, o comportamento da economia se dá em função de uma consistência ideológica por parte dos partidos políticos quando estão no poder.

De acordo com o modelo de Nordhaus²⁷, os agentes públicos agem de maneira oportunista, visando atender seus próprios interesses e, para isso, os políticos estimulam a demanda agregada em período anterior às eleições com o objetivo de aumentar o crescimento econômico e reduzir o desemprego. Após esse período, os *policymakers* adotam medidas a fim de reverter os efeitos da política anteriormente implementada. Com isso, nessa trajetória percorrida em torno do calendário eleitoral, é possível observar a ocorrência do ciclo econômico.

A análise de Nordhaus²⁷ se dá a partir do *trade-off* da Curva de *Phillips* com as variáveis macroeconômicas inflação e desemprego, em que os agentes políticos, a fim de aumentar a probabilidade de se manterem no poder e obterem vantagens nas urnas, manipulam as políticas fiscal e monetária e geram ilusórias condições favoráveis à sociedade. Segundo o autor, os eleitores são ingênuos, incapazes de aprender e propensos a erros sistemáticos, ou seja, são míopes em relação ao *trade-off* macroeconômico, inflação e desemprego. Assim, agem movidos por expectativas adaptativas, ou seja, não entendem o sistema político econômico, suas decisões eleitorais são baseadas em ações do governo realizadas no presente e no passado, por essa razão acabam cometendo erros sistemáticos. Com isso, os políticos usam métodos a fim de aumentar suas chances de se manter no poder.

Para que os ciclos políticos econômicos sejam observados, três importantes condições devem ser constatadas²⁷: (a) os governantes precisam ser escolhidos em eleições competitivas e periódicas; (b) os governantes precisam ter controle e sofisticação da atividade econômica para mover a economia no sentido desejado; e (c) que os eleitores sejam míopes às ações de curto prazo, ou seja, os eleitores tomam a decisão de votação, baseados no conjunto de informações presentes no período eleitoral, e somente neste.

Rogoff e Sibert³⁸ avançam nos estudos de ciclo político oportunista ao incluir a possibilidade de reação dos eleitores ao comportamento eleitoral dos candidatos, substituindo as expectativas adaptativas do modelo de Nordhaus³⁹ por expectativas racionais. Os modelos com expectativas racionais apontam que os eleitores são capazes de antever o comportamento oportunista dos candidatos e, dessa forma, não seriam iludidos por políticas eleitoreiras. Para os autores, os eleitores são racionais ao terem conhecimento do sistema político-econômico e, por isso, apresentam condições de prever as ações do governo antes de tomarem sua decisão de voto. Porém, mesmo os eleitores sendo racionais e estando cientes das atitudes dos governantes, ocorre a existência de assimetria na informação, impedindo que estes percebam, eficientemente, todos os aspectos do sistema político e suas implicações nas oscilações econômicas.

Diante da assimetria de informação, os agentes políticos procuram sinalizar sua competência aos eleitores a fim de obter vantagens particulares. Rogoff e Sibert³³, apresentam a ideia de utilização dos instrumentos de política fiscal para avaliar a competência dos governantes, além de enfatizarem que a assimetria informacional proporciona ao político a possibilidade de distorcer a política fiscal em período anterior às eleições visando aumentar sua probabilidade de sucesso nas urnas.

Então, como as informações não são perfeitas e os políticos possuem uma série de informações que os eleitores não possuem, surge a possibilidade de manobras eleitoreiras. Fazendo com que, em períodos eleitorais, os políticos adotem uma política fiscal expansionista, reduzindo os impostos ou elevando os gastos públicos, a fim de sinalizar sua competência. Após esse período, promovem uma política contracionista com

³⁷ ALESINA, A. Macroeconomic policy in a two-party system as a repeated game. *Quarterly Journal of Economics*, v. 102, p. 651-678, 1987.

³⁸ ROGOFF, K.; SIBERT, A. Elections and macroeconomic policy cycles. *The review of economic studies*, v. 55, n. 1, p. 1-16, 1988.

³⁹ NORDHAUS, W. The political business cycle. *Review of Economic Studies*, v. 42, p. 169-190, 1975.

a finalidade de buscar o equilíbrio, já que nesse modelo os eleitores são racionais³³. Com isso, originam-se os ciclos políticos orçamentários (*Political Budget Cycle*), a partir de Rogoff⁴⁰.

Baseado na assimetria informacional existente entre gestor público e eleitores, o modelo de ciclo orçamentário³⁴ se baseia em alterações de variáveis fiscais facilmente perceptíveis pelos eleitores e capazes de sinalizar competência do gestor, aumentando sua chance de sucesso nas eleições. Nesse modelo, o governante tem o incentivo de enviesar a política fiscal, preferindo aumentar gastos mais visíveis e imediatos à população. Essas alterações acontecem tanto ao nível das despesas orçamentárias quanto ao nível da composição dos gastos públicos, dando preferência aos gastos capazes de sinalizar competência e aumentar a probabilidade de sucesso na eleição.

A assimetria informacional leva a um comportamento oportunista por parte do governo, uma vez que este possui um conhecimento maior sobre sua competência em relação aos eleitores, bem como sobre suas limitações. Uma maneira de reduzir a tendência da utilização oportunista e inadequada de políticas fiscais pelos políticos seria a criação de medidas institucionais³⁴.

Hibbs⁴¹ explica o ciclo político partidário, assumindo a premissa de que os partidos políticos são movidos exclusivamente por motivações ideológicas. Em seu artigo *Political Parties and Macroeconomic Policy*, analisa os padrões de políticas macroeconômicas associadas à partidos de esquerda e de direita, utilizando, como amostra, 12 países no pós-guerra. O autor considera que os partidos políticos moldam sua ideologia com a intenção de obter mais votos³⁵. Além disso, aponta que a preocupação com o desemprego ou a inflação está relacionada a classe social a que o indivíduo pertence, ao considerar a existência de diferença ideológica constata que partidos de esquerda são mais propensos a intervenções na economia, tendem a preferir níveis menores de desemprego e aceitar maiores taxas de inflação enquanto os partidos de direita do espectro ideológico preferem menor inflação (controle de preços e estabilidade financeira) e maior desemprego.

Essa preferência ocorre porque os partidos de direita representam os interesses das classes com maior poder financeiro, em que seus membros possuem a maior parte do capital financeiro, já os partidos de esquerda apresentam em sua formação indivíduos das classes trabalhadoras, mais prejudicados com o aumento do desemprego. A formulação do modelo de Hibbs, assume que os eleitores têm expectativas adaptativas, ou seja, são sistematicamente enganados por políticos em período eleitoral.

Outra abordagem que procura explicar as diferenças partidárias é o estudo de Alesina⁴², que acrescentou a expectativa racional ao modelo de ciclo político partidário. O autor critica o modelo proposto de Hibbs, por utilizar expectativas adaptativas desconsiderando o efeito de que os indivíduos podem se antecipar ao comportamento do governo. Pressupondo expectativas racionais, Alesina, entende que os partidos políticos apresentariam preferências diferentes em relação à conduta de suas respectivas políticas econômicas e, assim, estando no poder teriam um comportamento distinto da economia em função de uma consistência ideológica por parte dos partidos políticos.

2.1 Estudos anteriores sobre ciclos políticos

Em estudos internacionais, López e Rodrigues⁴³ analisaram os ciclos políticos oportunistas e partidários nos agregados macroeconômicos da Colômbia, no período entre 1970 e 2005. Os resultados permitem verificar a existência de ciclo político econômico oportunista para produto, desemprego e déficit fiscal e,

⁴⁰ ROGOFF, K. Equilibrium political budget cycles. *The American Economic Review*, v. 80, n. 1, p. 21-26, 1990.

⁴¹ HIBBS, D. A. Jr. Political parties and macroeconomic policy. *American Political Science Review*, v. 71, 1977.

⁴² ALESINA, A. Macroeconomic policy in a two-party system as a repeated game. *Quarterly Journal of Economics*, v. 102, p. 651-678, 1987.

⁴³ LÓPEZ G, M.; RODRÍGUEZ V, A. Ciclos políticos y agregados macroeconómicos: Un análisis para el caso colombiano (1970-2005). *Perfil de Coyuntura Económica*, v. 12, p. 137-158, 2008.

para os modelos partidários, os resultados revelam a existência de diferenças entre as partes no tratamento da inflação e desemprego.

Gámez e Ibarra-Yúnez⁴⁴ analisaram os gastos dos estados mexicanos no período de 1997 a 2004, por meio da estimação de um painel com efeitos fixos. Os resultados mostraram que os governos gastam mais no ano eleitoral e reduzem os gastos no ano seguinte à eleição, seguindo as abordagens postuladas pelo modelo oportunista. Seguindo por essa linha, Veiga e Veiga⁴⁵ corroboram a tese da recomposição dos gastos, por meio de dados em painel dinâmico aplicados aos municípios portugueses, mostrando que as despesas em ano eleitoral tendem a aumentar mais nas áreas mais visíveis ao eleitor. Ademais, os ciclos políticos têm maior força com partidos de esquerda no poder.

Chortareas *et al.*⁴⁶ encontraram evidências de ciclos políticos oportunistas em 109 municípios da Grécia no período de 1985 a 2004, o que corresponde a um conjunto de dados brutos que cobrem 20 anos e metade da população do país. Os ciclos políticos econômicos surgem nos municípios da Grécia, independentemente de os prefeitos concorrerem à reeleição ou não, ou os operadores históricos estarem politicamente alinhados com o governo central ou não.

Gómez⁴⁷ estudou os ciclos políticos e políticas sociais da América Latina entre os anos de 2000 e 2017, constatando que a política expansionista dos partidos de esquerda reduziu a incidência de pobreza, embora a desigualdade social tenha sido revertida em porcentagens menores. Porém, tal fato também foi constatado para países com tendências de direita ou centro direita, que mesmo em menor grau também aumentaram os gastos sociais no período analisado. Embora seja indiscutível que as políticas redistributivas tenham prioridade no ciclo progressivo, não se pode dizer que eles são exclusivos desses governos.

Nos estados brasileiros, Queiroz *et al.*⁴⁸ encontraram evidências de comportamento oportunista de governadores que estão em primeiro mandato e constataram que a manipulação oportunista ocorre na alteração da composição dos gastos públicos em direção aos investimentos nos períodos eleitorais.

Já nos municípios brasileiros, Sakurai⁴⁹, ao investigar a evidência de ciclos eleitorais e partidários nas funções orçamentárias no período de 1990 e 2005, constatou a presença de ciclo político oportunista, de forma mais expressiva nos gastos de saúde e saneamento, habitação e urbanismo, assistência e previdência e transportes. Especificamente para as funções de saúde e saneamento, habitação e urbanismo, o autor infere que, com o aumento desses gastos, é possível que os políticos evidenciem sua competência de forma relativamente mais imediata à população, já que, normalmente, são foco de forte apelo político junto aos eleitores.

Silva e Faroni⁵⁰ testaram os gastos sociais, nos municípios de Minas Gerais, de 2000 a 2008, a fim de verificar a ocorrência de possíveis manipulações de caráter eleitoral executadas pelos governantes. Constataram que o calendário eleitoral exerce influência estatisticamente significativa sobre o comportamento dos gastos. Seu modelo analisa os gastos sociais como variável dependente e indica que os gastos sociais de educação, de assistência e previdência e de saúde representam as funções que mais sofrem variações nos períodos eleitorais, talvez por representarem os serviços públicos de maior interesse coletivo e visibilidade social.

⁴⁴ GÁMEZ, C.; IBARRA-YÚNEZ, A. El ciclo político oportunista y el gasto de los estados mexicanos. *Gestión y política pública*, v. 18, n. 1, p. 39-65, 2009.

⁴⁵ VEIGA, L. G.; VEIGA, F. J. Political business cycles at the municipal level. *Public choice*, v. 131, n. 1-2, p. 45-64, 2007.

⁴⁶ CHORTAREAS, G.; LOGOTHETIS, V.; PAPANDREOU, A. A. Political budget cycles and reelection prospects in Greece's municipalities. *European Journal of Political Economy*, v. 43, p. 1-13, 2016.

⁴⁷ GÓMEZ, M. U. Ciclos políticos y política social en América Latina en el siglo XXI. *Revista Forum*, v. 13, p. 101-118, 2018.

⁴⁸ QUEIROZ, D. B.; MORAIS, L. M. F.; SOUZA, A. G. S. F.; SILVA, V. K. R. Mandatos Eleitorais e Ciclos Político-Orçamentários: Evidências dos Estados Brasileiros. *Administração Pública e Gestão Social*, v. 11, n. 2, 2019.

⁴⁹ SAKURAI, S. N. Ciclos políticos nas funções orçamentárias dos municípios brasileiros: uma análise para o período 1990-2005 via dados em painel. *Estudos Econômicos*, v. 39, n. 1, p. 39-58, 2009.

⁵⁰ SILVA, S. L. P.; FARONI, W. Ciclos político orçamentários: um estudo para os municípios do estado de Minas Gerais—2000/2008. *Sinergia*, v. 14, n. 1, p. 9-20, 2010.

Silva *et al.*⁵¹, ao analisarem a influência dos ciclos políticos sobre o índice social municipal de saúde e educação dos municípios paranaenses, encontraram conformidade com a Teoria dos Ciclos Políticos no tocante à influência do ciclo eleitoral dos gastos públicos analisados pelo Prisma Social e medidos pelo Índice Social.

Quanto aos municípios do Rio Grande do Sul, Nunes⁵² analisou as contas públicas entre 2002 e 2012, a fim de verificar o oportunismo político nas despesas de educação e saúde. Além disso, procurou analisar a existência de ciclos partidários relativa à atuação dos prefeitos e ao apoio político do partido do prefeito ao do Governador do estado e do Presidente da República. Teve sua principal hipótese rejeitada, acredita, primeiramente, que seja pela existência dos dispositivos constitucionais, como a vinculação de receitas e despesas e a Lei de Responsabilidade Fiscal, ou pela recomposição dos gastos nas despesas de investimento durante o ciclo orçamentário. Encontrou evidências significativas quanto ao ciclo partidário, no caso da educação. Quanto ao apoio do partido do prefeito aos governadores e presidentes eleitos ao longo do período, os resultados são significantes, ou seja, evidenciam uma relação positiva entre o apoio ao Governador e os gastos com educação e uma relação negativa entre o apoio ao Presidente e os gastos com educação.

Também, nos municípios do Rio Grande do Sul, entre 1995 e 2008, Veloso e Bornhold⁵³ analisaram, por meio de econometria de dados em painel com efeitos fixos, o comportamento das principais contas das despesas orçamentárias e despesas por função. Para captar a existência do ciclo oportunista, utilizaram *dummies* para os anos eleitorais, anterior e posterior às eleições. A fim de buscar evidências de ciclo político partidário, efetuaram a pesquisa dividindo os partidos conforme as suas concepções ideológicas, também buscou conhecimento para o alinhamento com o Governador e o Presidente, assim como para os efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre o ciclo. Os resultados encontrados pelos autores indicam que o ciclo eleitoral oportunista exerce influência estatisticamente significativa, porém não evidente para todos os anos e despesas. Em contrapartida, fatores como viés ideológico dos partidos e alinhamento partidário do prefeito com partidos do governador e presidente mostraram ser uma fonte de direção para as políticas por eles tomadas, por meio da evidência dos ciclos partidários.

Sakurai e Menezes Filho⁵⁴ entendem que aumentar os gastos, em anos eleitorais, reduz as chances de reeleição dos prefeitos brasileiros. Para Nakaguma e Bender⁵⁵, reduzir as chances de reeleição não seria prejudicial ao desenvolvimento dos municípios, já que a reeleição elevou as despesas públicas e o endividamento dos estados em períodos eleitorais.

2.2 Desenvolvimento socioeconômico

O Estado, por meio da alocação de recursos públicos, ou seja, pela função alocativa, é responsável por ofertar bens e serviços à sociedade de modo a promover o desenvolvimento socioeconômico⁵⁶. A atuação do Estado na educação, saúde e na geração de emprego e renda é essencial, pois essas dimensões são consideradas fundamentais para criar um ambiente com condições favoráveis ao desenvolvimento social garantindo o bem-estar social e a qualidade de vida dos cidadãos.

⁵¹ SILVA, W. V.; MACHADO, E. A.; DE ALMEIDA, L. B.; CASTOR, B. J. V. Influência dos ciclos políticos sobre o índice social municipal (saúde e educação) dos municípios paranaenses a partir da teoria dos lugares centrais. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 10, n. 2, 2014.

⁵² NUNES, G. S. Ciclos políticos orçamentários: uma análise das despesas em educação e saúde para os municípios do Rio Grande do Sul (2002-12). *Indicadores Econômicos FEE*, v. 44, n. 4, p. 99-110, 2017.

⁵³ VELOSO, G. O.; BORNHOLD, S. D. Averiguação empírica de ciclos políticos nos municípios gaúchos, entre 1995 e 2008. *Ensaio FEE*, v. 36, n. 4, p. 1069-1096, 2016.

⁵⁴ SAKURAI, S. N.; MENEZES-FILHO, N. A. Fiscal policy and reelection in Brazilian municipalities. *Public Choice*, v. 137, n. 1-2, p. 301-314, 2008.

⁵⁵ NAKAGUMA, M. Y.; BENDER, S. A emenda da reeleição e a Lei de Responsabilidade Fiscal: impactos sobre ciclos políticos e performance fiscal dos Estados (1986-2002). *Economia aplicada*, v. 10, n. 3, p. 377-397, 2006.

⁵⁶ COSTA, C. C. D. M.; FERREIRA, M. A. M.; BRAGA, M. J.; ABRANTES, L. A. Fatores associados à eficiência na alocação de recursos públicos à luz do modelo de regressão quantílica. *Revista de Administração Pública*, v. 49, n. 5, p. 1319-1347, 2015.

Diversos índices são usados para medir o Desenvolvimento Socioeconômico, entre eles está o apresentado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), o Índice Firjan de Desenvolvimento Socioeconômico (IFDM)⁵⁷. O IFDM geral ou consolidado é um indicador relacionado ao desenvolvimento socioeconômico municipal, que aborda a média dos resultados obtidos de três vertentes ligadas ao desenvolvimento humano, que são: emprego e renda, educação e saúde, podendo variar entre 0 e 1, e significa que quanto mais perto de 1, melhor o desenvolvimento da região.

Os indicadores de desenvolvimento socioeconômico são índices que representam a qualidade de vida da população em determinado período temporal. Por meio desses índices, o governo pode otimizar a gestão pública dos recursos e direcionar, de forma mais eficiente, os investimentos, além de estimar o comportamento de uma economia⁵¹.

Com a Constituição Federal de 1988, os municípios tornaram-se responsáveis por diversos serviços e gestão financeira, já que são nos municípios que se materializam a qualidade de vida da população e o desenvolvimento socioeconômico.

Porém, a presença de ciclos políticos pode interferir, de diferentes maneiras, no que se refere à função alocativa e à eficiência da gestão pública, inclusive impedindo que o desenvolvimento socioeconômico ocorra de forma eficiente⁵⁸. O contexto socioeconômico exerce influência sobre os gastos públicos. Estes, por sua vez, são alvo de manipulações eleitoreiras por parte dos políticos que buscam vantagens particulares visando seu próprio bem-estar⁵⁹.

Na subseção de estudos anteriores sobre ciclos políticos, abordou-se que os ciclos políticos podem influenciar as funções orçamentárias e as variáveis fiscais, com a intenção de demonstrar competência aos eleitores e, conseqüentemente, garantir benefícios visando seu próprio bem-estar. Esses estudos apresentaram manipulações de caráter eleitoral em variáveis que influenciam o desenvolvimento socioeconômico dos municípios.

Estudos foram desenvolvidos para evidenciar o impacto dos gastos sociais sobre o desenvolvimento socioeconômico. Logo, entende-se que a relação entre gasto e desenvolvimento socioeconômico é direta, ou seja, à medida que os gastos são aumentados melhor será o desenvolvimento socioeconômico de um município.

Nos últimos anos, analisou-se, por meio de pesquisas, a relação entre gastos públicos e o desenvolvimento de municípios. Andrade *et al.*⁶⁰ analisaram os municípios brasileiros de grande porte a fim de identificar, dentre as variáveis contábeis selecionadas, quais eram condicionantes do IFDM. Verificaram que as despesas pertencentes às funções saneamento e habitação apresentaram significância estatística, portanto, os valores dispendidos nessas duas áreas de atuação governamental afetam o IFDM.

Amurim⁶¹ identificou e analisou os efeitos dos gastos orçamentários dos municípios do Estado de Mato Grosso sobre o IFDM. Os resultados indicaram que, para a área de educação, as variáveis apresentam sinais positivos e significativos. Quanto maiores forem o produto interno bruto, a receita total, o endividamento e

⁵⁷ LAZARIN, M. F.; MELLO, G. R.; BEZERRA, F. M. A relação entre a dívida pública e o desenvolvimento socioeconômico dos municípios paranaenses: evidências para o período de 2002 a 2010. *Race: revista de administração, contabilidade e economia*, v. 13, n. 2, p. 719-736, 2014.

⁵⁸ COSTA, C. C. D. M.; FERREIRA, M. A. M.; BRAGA, M. J.; ABRANTES, L. A. Fatores associados à eficiência na alocação de recursos públicos à luz do modelo de regressão quantílica. *Revista de Administração Pública*, v. 49, n. 5, p. 1319-1347, 2015.

⁵⁹ MORAIS, L. M. F.; SARMENTO, T. L. D. F.; DINIZ, J. A.; QUEIROZ, D. B. Determinantes dos gastos públicos dos municípios brasileiros. In: CONGRESSO USP INTERNATIONAL CONFERENCE IN ACCOUNTING, 18., 2018, São Paulo. *Anais [...]* São Paulo, 2018.

⁶⁰ ANDRADE, B. H. S.; SILVA, E. A. S. R. G.; COSTA, A. J. B.; MATOS, N. B. Gasto público e desenvolvimento: uma análise dos municípios brasileiros de grande porte. *Revista Uniaben*, v. 12, n. 32, 2019.

⁶¹ AMURIM, Elisângela Pires da Silva de. *Efeitos dos gastos orçamentários municipais sobre o índice FIRJAN de desenvolvimento municipal (IFDM): análise em municípios do estado de Mato Grosso*. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2013.

os gastos destinados à educação infantil, maior será o IFDMeducação. Para área de saúde, o modelo mostra o PIB influencia, positivamente, o IFDM, mostrando que quanto maior o produto interno bruto, maior será o IFDMsaúde.

3 Procedimentos metodológicos

A população da pesquisa é composta pelos 497 municípios do Estado do Rio Grande do Sul, utilizando como período de análise os anos de 2004 a 2016, que compreendem quatro ciclos eleitorais. A escolha dos municípios gaúchos se deu por conveniência e a definição do período de análise ocorreu em função da acessibilidade de informações sobre as eleições e pelo fato de o último de publicação do IFDM ter sido no ano de 2018, relativo ao ano-base de 2016.

Em virtude da indisponibilidade de alguns dados, a amostra utilizada abrange 494 municípios e como algumas informações não estavam disponíveis para todos os anos da amostra, utilizou-se um painel desbalanceado.

O processo de coleta de dados foi realizado pela *internet*, a partir de dados secundários. As informações sobre os gastos sociais de saúde, saneamento, educação, cultura, assistência e previdência foram coletadas no banco de dados Finanças Brasil (Finbra), no *site* da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Os dados referentes aos indicadores socioeconômicos foram coletados do *site* da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN). Já os dados referentes ao PIB e à população foram coletados do *site* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados eleitorais foram coletados dos *sites* do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS).

Os dados coletados foram tabulados em planilha eletrônica para posterior análise no *software GNU Regression, Econometric and Time-series Library (Gretl) 2020c-git*, por meio da técnica econométrica de regressão para dados em painel, visto que a amostra é constituída por dados seccionais (municípios gaúchos) e temporais (entre os anos de 2004 e 2016). Seguindo de forma semelhante à técnica utilizada por diversos autores que estudaram essa temática, como por exemplo Sakurai⁶², Silva e Faroni⁶³, Veloso e Bornhold⁶⁴ e Nunes⁶⁵, que utilizaram modelos econométricos de dados em painel com efeitos fixos e efeitos aleatórios, prevalecendo estudos com efeitos fixos.

Os dados financeiros foram corrigidos pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) para valores de 2016, tais informações são disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV IBRE). Conforme Gonçalves *et al.*⁶⁶, a opção de escolha do IGP-M reside no fato de esse índice medir a variação mensal de preço que afeta diretamente as unidades econômicas.

O agrupamento das despesas de saúde, educação e assistência ocorreu de acordo com a metodologia utilizada pela Secretaria do Tesouro Nacional, alterada em 2001. Realizou-se o agrupamento destas com outras despesas para que os dados pudessem ser comparados durante todo o período de análise. Assim, a despesa

⁶² SAKURAI, S. N. Ciclos políticos nas funções orçamentárias dos municípios brasileiros: uma análise para o período 1990-2005 via dados em painel. *Estudos Econômicos*, v. 39, n. 1, p. 39-58, 2009.

⁶³ SILVA, S. L. P.; FARONI, W. Ciclos político orçamentários: um estudo para os municípios do estado de Minas Gerais-2000/2008. *Sinergia*, v. 14, n. 1, p. 9-20, 2010.

⁶⁴ VELOSO, G. O.; BORNHOLD, S. D. Averiguação empírica de ciclos políticos nos municípios gaúchos, entre 1995 e 2008. *Ensaio FEE*, v. 36, n. 4, p. 1069-1096, 2016.

⁶⁵ NUNES, G. S. Ciclos políticos orçamentários: uma análise das despesas em educação e saúde para os municípios do Rio Grande do Sul (2002-12). *Indicadores Econômicos FEE*, v. 44, n. 4, p. 99-110, 2017.

⁶⁶ GONÇALVES, L. G.; FUNCHAL, B.; BEZERRA FILHO, J. E. A influência dos ciclos políticos nos investimentos públicos em infraestrutura: um estudo nos estados brasileiros no período de 2003 a 2014. *Revista de Administração Pública*, v. 51, n. 4, p. 462-481, 2017.

de saúde se uniu às despesas com saneamento, assim como a despesa de educação foi agrupada com as despesas com cultura, bem como as despesas de assistência social foi agrupada às despesas com previdência social. Conforme utilizado por Sakurai⁵⁶ e Videira e Mattos⁶⁷.

Para a análise do desenvolvimento socioeconômico municipal, utilizou-se o IFDM. Essa variável foi considerada dependente e estruturada em modelos cujas especificações possibilitassem sua explicação pelas variáveis independentes, e todos os valores foram transformados em termos *per capita* e em logaritmo natural.

Lazarin *et al.*⁶⁸ mencionam que o IFDM, o Índice IPARDES de Desenvolvimento Municipal (IPDM) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) são, frequentemente, utilizados em pesquisas como indicadores de desenvolvimento socioeconômico.

Os valores dos gastos públicos, após corrigidos monetariamente, foram transformados para valores *per capita* e, posteriormente, foram convertidos no seu logaritmo natural, para diminuir eventuais distorções nos dados, devido às diferenças econômicas entre as cidades. Também foi utilizado o logaritmo natural da população para amenizar a disparidade do porte de cada município.

Para verificar a existência de ciclo político oportunista, criaram-se três *dummies* eleitorais que apresentam valor 0 ou 1 nos respectivos anos, sendo os anos classificados como pré-eleitorais, eleitorais e pós-eleitorais, tendo como referência os anos eleitorais, ou seja, os que ocorreram eleições para prefeito (2004, 2008, 2012 e 2016).

Para evidenciar o ciclo político partidário, construíram-se duas *dummies* para a ideologia do partido no poder: a primeira assume o valor de 1, caso o partido seja de esquerda, e de 0; caso contrário, e a segunda assume o valor de 1, caso o partido seja de direita, e de 0, caso contrário. Desse modo, as *dummies* de partidos de centro são a base para a comparação e retiradas das estimações para evitar o problema de multicolinearidade perfeita entre as variáveis de ideologia política.

Para analisar a coalizão entre o partido do prefeito com o partido do governador e com o partido do presidente foram incluídas duas *dummies*; uma delas assumiu o valor 1, caso o partido do prefeito e do governador do Estado sejam os mesmos, e 0, caso contrário; outra *dummy* assumiu valor 1, caso o partido do prefeito e do Presidente da República sejam os mesmos e 0, caso contrário, conforme adotado por Veloso e Bornhold⁶⁹.

A classificação partidária segue a tipificação utilizada por Sakurai⁷⁰, conforme Tabela 1, a seguir:

Tabela 1 – classificação dos partidos políticos

Partidos de esquerda	Partidos de centro	Partidos de direita
PC do B	PMDB	DEM
PDT	PP	PFL
PHS	PRB	PL
PPL	PSDB	PSC
PPS	PTB	PSD
PSB	SD	
PT		

Fonte: adaptada de Sakurai⁶⁴.

⁶⁷ VIDEIRA, R. A.; MATTOS, E. Ciclos políticos eleitorais e a interação espacial de políticas fiscais entre os municípios brasileiros. *Economia Aplicada*, v. 15, n. 2, p. 259-286, 2011.

⁶⁸ LAZARIN, M. F.; MELLO, G. R.; BEZERRA, F. M. A relação entre a dívida pública e o desenvolvimento socioeconômico dos municípios paranaenses: evidências para o período de 2002 a 2010. *Race: revista de administração, contabilidade e economia*, v. 13, n. 2, p. 719-736, 2014.

⁶⁹ VELOSO, G. O.; BORNHOLD, S. D. Averiguação empírica de ciclos políticos nos municípios gaúchos, entre 1995 e 2008. *Ensaio FEE*, v. 36, n. 4, p. 1069-1096, 2016.

⁷⁰ SAKURAI, S. N. Ciclos políticos nas funções orçamentárias dos municípios brasileiros: uma análise para o período 1990-2005 via dados em painel. *Estudos Econômicos*, v. 39, n. 1, p. 39-58, 2009.

Na tabela 2, demonstram-se as variáveis utilizadas nos modelos aplicados neste artigo pesquisa.

Tabela 2 – variáveis utilizadas nos modelos econométricos

Variáveis	Descrição
AssistPrev	Logaritmo <i>per capita</i> de assistência e previdência
SauSanem	Logaritmo <i>per capita</i> de saúde e saneamento
EducCult	Logaritmo <i>per capita</i> de educação e cultura
GastSoc	Logaritmo <i>per capita</i> dos gastos sociais agregados
POP	Logaritmo natural da população
PIB	Crescimento do PIB ano a ano
PreEleit	<i>Dummy</i> de ano pré-eleitoral
Eleit	<i>Dummy</i> de ano eleitoral
PosEleit	<i>Dummy</i> de ano pós-eleitoral
PartEsq	<i>Dummy</i>
PartCen	<i>Dummy</i> de partidos de centro
PartDir	<i>Dummy</i> de partidos de direita
Gov	<i>Dummy</i> quando partido prefeito é o mesmo do governador
Pres	<i>Dummy</i> quando partido prefeito é o mesmo do presidente
IFDM	Logaritmo Índice de desenvolvimento socioeconômico dos municípios
AssisPrev versus Anoeleit	
SauSaneam versus Anoeleit	Termos de interação (gastos <i>versus</i> calendário eleitoral), ou seja, variáveis multiplicativas usadas para captar o efeito do gasto no IFDM dos municípios, controlado pelo ciclo político. Os resultados representam a influência em comparação às interações entre variáveis de gastos sociais e calendário eleitoral.
EducCult versus Anoeleit	
GastSoc versus Eleitoral	
GastSoc versus PreEleit	
GastSoc versus PosEleit	

Fonte: dados da pesquisa.

Os modelos utilizados com o propósito de evidenciar a influência dos ciclos políticos oportunistas e partidários sobre os gastos públicos foram estimados em quatro equações, com modelos econométricos específicos:

$$Y_{it} = \delta + \beta_1 PreEleit_{it} + \beta_2 Eleit_{it} + \beta_3 PosEleit_{it} + \beta_4 PartEsq_{it} + \beta_5 PartCen_{it} + \beta_6 PartDir_{it} + \beta_7 Gov_{it} + \beta_8 Pres_{it} + \beta_9 PIB_{it} + \beta_{10} POP_{it} + \varepsilon_{it}$$

(equações 1, 2, 3 e 4)

A partir da evidência de ciclos políticos oportunistas e partidários sobre as distribuições orçamentárias em gastos sociais, estimou-se a influência dessas decisões fiscais (mediadas pelos ciclos políticos) no Desenvolvimento Socioeconômico Local (IFDM). Para isso, utilizou-se um modelo com o termo de interação⁷¹, ou seja, variáveis multiplicativas usadas para captar o efeito do gasto no bem-estar social da população, controlado pelo ciclo político. Cada estimação foi realizada com a variável do gasto social e o produto dessa variável pelo *ano eleitoral*, e, no caso do modelo que explica os gastos totais, a variável de interação foi obtida pela sua multiplicação com as *dummies* dos anos pré-eleitorais, eleitorais e pós-eleitorais. As variáveis políticas e de controle se repetem nos 4 modelos.

$$IFDM_{it} = \delta + \beta_1 AssistPrev_{it} + \beta_2 AssistPrev_{it} \times Eleit_{it} + \beta_3 PreEleit_{it} + \beta_4 Eleit_{it} + \beta_5 PosEleit_{it} + \beta_6 PartEsq_{it} + \beta_7 PartCen_{it} + \beta_8 PartDir_{it} + \beta_9 Gov_{it} + \beta_{10} Pres_{it} + \beta_{11} PIB_{it} + \beta_{12} Pop_{it} + \mu_{it}$$

(equação 5)

⁷¹ WOOLDRIDGE, J. M. *Introdução à econometria*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

$$IFDM_{it} = \delta + \beta_1 \text{SauSaneam}_{it} + \beta_2 \text{SauSaneam}_{it} \times \text{Elei}_{it} + \beta_3 \text{PreElei}_{it} + \beta_4 \text{Elei}_{it} + \beta_5 \text{PosElei}_{it} + \beta_6 \text{PartEsq}_{it} + \beta_7 \text{PartCen}_{it} + \beta_8 \text{PartDir}_{it} + \beta_9 \text{Gov}_{it} + \beta_{10} \text{Pres}_{it} + \beta_{11} \text{PIB}_{it} + \beta_{12} \text{Pop}_{it} + \mu_{it}$$

(equação 6)

$$IFDM_{it} = \delta + \beta_1 \text{EducCult}_{it} + \beta_2 \text{EducCult}_{it} \times \text{Elei}_{it} + \beta_3 \text{PreElei}_{it} + \beta_4 \text{Elei}_{it} + \beta_5 \text{PosElei}_{it} + \beta_6 \text{PartEsq}_{it} + \beta_7 \text{PartCen}_{it} + \beta_8 \text{PartDir}_{it} + \beta_9 \text{Gov}_{it} + \beta_{10} \text{Pres}_{it} + \beta_{11} \text{PIB}_{it} + \beta_{12} \text{Pop}_{it} + \mu_{it}$$

(equação 7)

$$IFDM_{it} = \delta + \beta_1 \text{GastSoc}_{it} + \beta_2 \text{GastSoc}_{it} \times \text{PreElei}_{it} + \beta_3 \text{GastSoc}_{it} \times \text{Elei}_{it} + \beta_4 \text{GastSoc}_{it} \times \text{PosElei}_{it} + \beta_5 \text{PreElei}_{it} + \beta_6 \text{Elei}_{it} + \beta_7 \text{PosElei}_{it} + \beta_8 \text{PartEsq}_{it} + \beta_9 \text{PartCen}_{it} + \beta_{10} \text{PartDir}_{it} + \beta_{11} \text{Gov}_{it} + \beta_{12} \text{Pres}_{it} + \beta_{13} \text{PIB}_{it} + \beta_{14} \text{Pop}_{it} + \mu_{it}$$

(equação 8)

Os dados foram analisados pelas técnicas de regressão de efeitos fixos, conforme indicado pelo diagnóstico de painel gerado nas análises preliminares da estimação pelos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO).

4 Resultados

4.1 Estatísticas descritivas

As estatísticas descritivas compreendem a apresentação das informações sobre médias e desvio padrão das variáveis e dados envolvidos no estudo, conforme apresentado na Tabela 3.

Tabela 3 – estatísticas descritivas das variáveis

Variável	Média	D.P.	Mín	Máx
IFDM	0,70	0,075	0,44	0,90
População Total	22.099	77.556	1.147	1.481.000
PIB	0,06	0,19	-0,64	3,49
AssisPrev	172,77	129,77	0,09	2.238,37
SauSaneam	680,65	359,02	8,27	3.292,56
EducCult	766,53	320,21	15,91	3.741,45
GastSoc	1.620,68	686,81	266,85	7.755,61

Fonte: dados da pesquisa.

O IFDM médio dos municípios gaúchos é de 0,70, com índices variando entre 0,44 (mínimo) e 0,90 (máximo). Ressalta-se que quanto mais próximo de 1 mais desenvolvidos são os municípios. A amostra contém municípios com população que varia entre 1.147 e 1.481.000 habitantes. A média dos gastos anuais *per capita* com assistência e previdência é de R\$ 172,77. No entanto, os valores mínimos e máximos variam entre R\$ 0,09 e R\$ 2.238,37. Os gastos médios com saúde/saneamento *per capita* anuais são de R\$ 680,65, com valores mínimos e máximos oscilando entre R\$ 8,27 e R\$ 3.292,56. Os gastos médios com educação e cultura anuais *per capita* são de R\$ 766,53, seus valores oscilam entre R\$ 15,91 e R\$ 3.741,45. Os gastos sociais agregados médios anuais per capita são de R\$ 1.620,68, com valores oscilando entre R\$ 266,85 e R\$ 7.755,61. Diante das disparidades entre os valores dos gastos sociais, mesmo tendo os convertido em *per capita*, seus valores foram convertidos em logaritmos para reduzir as distorções provocadas pelas diferenças municipais.

4.2 Evidência de ciclos políticos sobre os gastos sociais

Na Tabela 4, apresentam-se os resultados dos quatro modelos que evidenciam a influência do ciclo político sobre os gastos públicos, em que, entre parênteses, estão os valores de erro padrão e os asteriscos são os níveis de significância associados a cada coeficiente. Também se apresentam as estatísticas do R2, que representam o poder explicativo dos modelos, o Teste F, o Critério de Akaike e o número de observações do modelo. O teste de Hausman indicou o método de efeitos fixos em todos os casos para obter a consistência dos resultados.

Tabela 4 – ciclo Político sobre os gastos específicos e agregado

	Variáveis explicativas		Variáveis dependentes	
	AssistPrev	SauSanem	EducCult	GastSoc
	Modelo 1 (EF)	Modelo 2 (EF)	Modelo 3 (EF)	Modelo 4 (EF)
Const	2,4055*	4,1096 ***	5,6795 ***	6,1018 ***
POP	0,2778	0,2587**	0,1011	0,1377*
PIB	0,2231 ***	0,1339 ***	0,0580 ***	0,1010 ***
PreEleit	0,1645 ***	0,0450 ***	0,0685 ***	0,0655 ***
Eleit	-0,0707 ***	-0,0805 ***	-0,0615 ***	-0,0669 ***
PosEleit	-0,1305 ***	-0,0951 ***	-0,0837 ***	-0,0917 ***
PartEsq	-0,2279 ***	-0,1069 ***	-0,0622 ***	-0,0975 ***
PartDir	-0,1037*	-0,1448 ***	-0,1150 ***	-0,1327 **
Gov	-0,3221 ***	-0,2119 ***	-0,1079 ***	-0,1656 ***
Pres	0,5666 ***	0,3450 ***	0,2111 ***	0,3003 ***
R2	0,5256	0,6445	0,7055	0,6571
Teste F	13,02	21,09	27,66	22,34
Critério de Akaike	12241,69	5009,264	-174,1655	1386,363
Observações	6317	6317	6318	6309

Nota. AssistPrev: logaritmo do gasto *per capita* com Assistência Social e Previdência; SauSanem: logaritmo do gasto *per capita* com Saúde e Saneamento; EducCult: logaritmo do gasto *per capita* em Educação e Cultura; GastSoc: logaritmo dos gastos sociais agregados *per capita*; POP: logaritmo natural da população; PIB: Crescimento do PIB ano a ano; PreEleit: *Dummy* de ano pré-eleitoral; Elei: *Dummy* de ano eleitoral; PosEleit: *Dummy* de ano pós-eleitoral; PartEsq; *Dummy* de partidos de esquerda; PartDir: *Dummy* de partidos de direita; Gov: *Dummy* quando partido prefeito é o mesmo do Governador do Estado; Pres: *Dummy* quando partido prefeito é o mesmo do Presidente da República. *, ** e *** significativo em 10%, 5% e 1%, respectivamente. Efeito Fixo (EF).

Analisando primeiramente os anos eleitorais, percebe-se um sinal distinto do esperado pela teoria dos ciclos políticos oportunistas⁷², uma vez que os valores executados em anos eleitorais são, em média, menores do que os executados em anos pré-eleitorais. Os coeficientes associados as *dummies* de ano eleitoral, para cada uma das estimações, são estatisticamente significativos ao nível de 1% e sugerem que, em tais anos, a retração dos gastos é da ordem de 7,07% para os gastos de assistência/previdência, 8,05% para saúde/saneamento, 6,15% para educação/cultura e 6,69% para os gastos sociais agregados.

O sinal negativo, relativo ao coeficiente de ano eleitoral para os gastos com saúde/saneamento e educação/cultura, corrobora em parte os achados de Nunes⁷³, que investigou as evidências de ciclos políticos orçamentários nos municípios gaúchos entre os anos 2002 e 2012 para as despesas de saúde e educação. O autor não encontrou influências para despesas com saúde no período eleitoral, já que a média dessas despesas apresentou um crescimento linear ao longo do tempo. Já a média das despesas com educação apresen-

⁷² ROGOFF, K. Equilibrium political budget cycles. *The American Economic Review*, v. 80, n. 1, p. 21-26, 1990

⁷³ NUNES, G. S. Ciclos políticos orçamentários: uma análise das despesas em educação e saúde para os municípios do Rio Grande do Sul (2002-12). *Indicadores Econômicos FEE*, v. 44, n. 4, p. 99-110, 2017.

taram uma queda em 2008, ano eleitoral, o que, de acordo com o autor, pode ser explicado pelo aumento nos dispêndios em investimentos.

Por outro lado, a respeito da análise de Veloso e Bornhold⁷⁴ também para os municípios do Rio Grande do Sul, o ano eleitoral apresentou significância estatística e positiva para as funções de assistência/previdência e saúde/saneamento. Já os gastos de educação/cultura não sofreram manipulações eleitorais para o período analisado.

Gionedis e Guimarães⁷⁵ também não encontraram ciclos políticos oportunista nos gastos por função (educação, saúde, assistência social e urbanismo). Segundo os autores, esse fato pode ser explicado na medida em que estes são gastos inerentes, ou seja, que o governo deve manter ano a ano e sobre os quais há certa inflexibilidade. Já para Sakurai⁷⁶, saúde e saneamento seria uma das funções mais sujeitas a manipulações eleitorais. O autor encontrou relação estatisticamente significativa e positiva para todas as funções analisadas neste estudo, porém sua análise foi desenvolvida para os municípios brasileiros.

Aliado a isso, Silva e Faroni⁷⁷, em um estudo para os municípios de Minas Gerais, constataram que o calendário eleitoral exerce influência estatisticamente significativa sobre o comportamento dos gastos de educação, assistência e previdência e saúde, tais funções são as que mais sofrem variações nos períodos eleitorais, talvez por representarem os serviços públicos de maior interesse coletivo e visibilidade social.

Percebe-se uma divergência de resultados entre os estudos, o que pode ser atribuída ao objeto de estudo, à amostra ou ao período analisado. Porém, na análise de Sakurai e Menezes Filho⁷⁸, via dados em painel para o período 1988-2000, com vistas a verificar como as chances de reeleição são afetadas pela política fiscal, os autores constataram que o aumento das despesas efetuadas ao longo dos mandatos tende a elevar as chances de reeleição dos prefeitos brasileiros, embora despesas mais elevadas, executadas especificamente no ano eleitoral, tendam a ser prejudiciais para a reeleição.

Tal fato pode contribuir para explicar o expressivo aumento dos gastos sociais em anos pré-eleitorais quando comparados aos anos eleitorais. Os gastos sociais apresentaram sinal positivo (contrário à teoria dos ciclos políticos oportunistas) e estatisticamente significativo ao nível de 1% para todos os gastos analisados. Os gastos de assistência/previdência aumentaram em 16,45% em anos pré-eleitorais. Já os gastos de saúde/saneamento aumentaram em 4,5% e os gastos de educação/cultura em 6,85%.

Nakaguma e Bender⁷⁹ também constataram que a amplitude dos ciclos políticos tem diminuído ao longo do tempo, fato que pode ser atribuído ao aprendizado do eleitorado e à experiência adquirida com eleições sucessivas, que contribuem para elevar o nível de controle político, reduzindo, assim, a intensidade dos ciclos. Os políticos, conhecendo o comportamento dos eleitores, driblam a distribuição dos gastos para que estes não afetem o comportamento econômico das federações, estados ou municípios.

Veloso e Bornhold⁸⁰ também acreditam que há uma tendência à redução das manipulações realizadas nas rubricas de despesa do orçamento com o objetivo de enganar o eleitor com maiores gastos em períodos de

⁷⁴ VELOSO, G. O.; BORNHOLD, S. D. Averiguação empírica de ciclos políticos nos municípios gaúchos, entre 1995 e 2008. *Ensaio FEE*, v. 36, n. 4, p. 1069-1096, 2016.

⁷⁵ GIONEDIS, E. M.; GUIMARÃES, R. Ciclos político-econômicos: uma análise dos gastos públicos do Estado do Paraná entre 2003 e 2013. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, v. 37, n. 131, p. 177-198, 2016.

⁷⁶ SAKURAI, S. N. Ciclos políticos nas funções orçamentárias dos municípios brasileiros: uma análise para o período 1990-2005 via dados em painel. *Estudos Econômicos*, v. 39, n. 1, p. 39-58, 2009.

⁷⁷ SILVA, S. L. P.; FARONI, W. Ciclos político orçamentários: um estudo para os municípios do estado de Minas Gerais—2000/2008. *Sinergia*, v. 14, n. 1, p. 9-20, 2010.

⁷⁸ SAKURAI, S. N.; MENEZES-FILHO, N. A. Fiscal policy and reelection in Brazilian municipalities. *Public Choice*, v. 137, n. 1-2, p. 301-314, 2008.

⁷⁹ NAKAGUMA, M. Y.; BENDER, S. A emenda da reeleição e a Lei de Responsabilidade Fiscal: impactos sobre ciclos políticos e performance fiscal dos Estados (1986-2002). *Economia aplicada*, v. 10, n. 3, p. 377-397, 2006.

⁸⁰ VELOSO, G. O.; BORNHOLD, S. D. Averiguação empírica de ciclos políticos nos municípios gaúchos, entre 1995 e 2008. *Ensaio FEE*, v. 36, n. 4, p. 1069-1096, 2016.

eleições e anteriores a ela. Nakaguma e Bender⁷³ (2006) e Sakurai⁷⁰ já mencionavam essa tendência de que os ciclos eleitorais tendem a ser cada vez menores ao longo do tempo.

Quanto à ideologia partidária, pode-se destacar a ocorrência de ciclo político partidário. Os partidos de esquerda são significantes ao nível de 1% para todos os gastos, e os gastos com assistência e previdência são os que sofrem maior redução (22,79%), em comparação aos partidos de centro. Já os partidos de direita apresentam sinal negativo e significância ao nível de 1% para os gastos de saúde e saneamento, educação e cultura e significativo ao nível de 5% para os gastos sociais agregados, em comparação aos partidos de centro.

O fato de o partido do prefeito estar alinhado ao governo federal apresentou coeficientes positivos e com significância estatística ao nível de 1%, logo, o partido do prefeito estar alinhado com o Governo Federal representa que os gastos sociais tendem a aumentar em 56,66% para assistência/previdência; 34,50% para saúde/saneamento; 21,11% para educação/cultura e 30,03% para gastos totais.

Enquanto o alinhamento com o governo estadual se deu de forma negativa, para o qual também se esperava um resultado positivo, ou seja, o fato de o partido do prefeito estar alinhado com o partido do governador do estado representa uma redução nos gastos sociais.

Diante do exposto, a relação analisada na tabela 4, com essas e outras variáveis, já foi objetivo de diversos estudos e diferentes amostras. Sendo, na maioria dos casos, constatado que os ciclos políticos econômicos oportunistas e partidários afetam alguns gastos públicos, ou seja, os governantes procuram demonstrar sua competência através do aumento de gastos com maior visibilidade aos eleitores.

4.3 Efeito moderador dos ciclos políticos na relação dos gastos sociais com o desenvolvimento socioeconômico municipal

As estimações apresentadas na Tabela 5 representam o diferencial deste estudo, que investiga o efeito moderador dos ciclos políticos na relação gastos sociais com o desenvolvimento socioeconômico dos municípios gaúchos. O objetivo desta análise é evidenciar o quanto os ciclos políticos potencializam o efeito dos gastos sociais no desenvolvimento local, neste caso, medido pelo IFDM.

Para isso, utilizou-se o termo de interação, que está representado pela multiplicação das variáveis dos gastos sociais específicos pela *dummy* do ano eleitoral, bem como pela multiplicação dos gastos sociais agregados pelas *dummies* dos anos pré-eleitorais, eleitorais e pós-eleitorais. Para se chegar ao valor do coeficiente que representa o efeito, é necessário realizar a soma dos coeficientes individuais das variáveis com os coeficientes dos resultados multiplicativos, conforme observado em Wooldridge⁸¹. Gonçalves *et al.*⁸² realizaram estudo semelhante, utilizando termo de interação. Na tabela 5, demonstram-se os resultados das regressões.

Tabela 5 – efeito sobre o desenvolvimento socioeconômico

Variáveis explicativas	Variável dependente: IFDM			
	Modelo 1 (EF)	Modelo 2 (EF)	Modelo 3 (EF)	Modelo 4 (EF)
Const	-0,6188 ***	-0,8971 ***	-1,2372 ***	-1,3314 ***
POP	0,0044	0,0052	0,0065	-0,0027
PIB	0,0249 ***	0,0216 ***	0,0268 ***	0,0154 ***
AssisPrev	0,0462 ***			
AssisPrev <i>versus</i> Eleit	-0,0195 ***			

⁸¹ WOOLDRIDGE, J. M. *Introdução à econometria*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

⁸² GONÇALVES, L. G.; FUNCHAL, B.; BEZERRA FILHO, J. E. A influência dos ciclos políticos nos investimentos públicos em infraestrutura: um estudo nos estados brasileiros no período de 2003 a 2014. *Revista de Administração Pública*, v. 51, n. 4, p. 462-481, 2017.

Variáveis explicativas		Variável dependente: IFDM		
SauSaneam		0,0905 ***		
SauSaneam <i>versus</i> Eleit		-0,0340 ***		
EducCult			0,1243 ***	
EducCult <i>versus</i> Eleit			-0,0300 ***	
GastSoc				0,1358 ***
GastSoc <i>versus</i> PreEleit				-0,0104 **
GastSoc <i>versus</i> Eleit				-0,0461 ***
GastSoc <i>versus</i> PósEleit				0,0147 ***
PreEleit	-0,0053 **	-0,0016	-0,0063 ***	0,0704 **
Eleit	0,1069 ***	0,2327 ***	0,2137 ***	0,3537 ***
PósEleit	-0,0018	0,0002	0,0024	-0,1019 ***
PartEsq	-0,0051**	-0,0057 **	-0,0060 **	-0,0027
PartDir	-0,0224 ***	-0,0148***	-0,0125**	-0,0094*
Gov	-0,0061 **	-0,0023	-0,0069 ***	0,0008
Pres	0,0167 ***	0,0111 ***	0,0129 ***	0,0044*
R2	0,7679	0,7809	0,7742	0,8006
Teste F	38,07	41,67	39,49	46,00
Critério de Akaike	-18163,51	-11293,74	-18341,65	-19090,55
Observações	6317	6317	6318	6309

Nota. IFDM: logaritmo Índice de desenvolvimento socioeconômico dos municípios; **POP:** logaritmo natural da população; **PIB:** crescimento do PIB ano a ano; **AssistPrev:** logaritmo do gasto *per capita* com assistência social e previdência; **AssistPrev *versus* Eleit:** termos de interação (gastos *versus* calendário eleitoral); **SauSaneam:** logaritmo do gasto *per capita* com Saúde e Saneamento; **SauSaneam *versus* Eleit:** termos de interação (gastos *versus* calendário eleitoral); **EducCult:** logaritmo do gasto *per capita* em Educação e Cultura; **EduCult *versus* Eleit:** termos de interação (gastos *versus* calendário eleitoral); **GastSoc:** logaritmo dos gastos sociais agregados *per capita*; **GasSoc *versus* PreEleit:** termos de interação (gastos *versus* calendário eleitoral); **GasSoc *versus* Eleit:** termos de interação (gastos *versus* calendário eleitoral); **GasSoc *versus* PosEleit:** termos de interação (gastos *versus* calendário eleitoral); **PreEleit:** *Dummy* de ano pré-eleitoral; **Eleit:** *Dummy* de ano eleitoral; **PosEleit:** *Dummy* de ano pós-eleitoral; **PartEsq:** *Dummy* de partidos de esquerda; **PartDir:** *Dummy* de partidos de direita; **Gov:** *Dummy* quando partido prefeito é o mesmo do Governador do Estado; **Pres:** *Dummy* quando partido prefeito é o mesmo do Presidente da República. *, ** e *** significativo em 10%, 5% e 1%, respectivamente. Efeito Fixo (EF).

Inicialmente, constata-se que as variáveis de assistência/previdência, saúde/saneamento e educação/cultura e do gasto social agregado, pertencentes a cada um dos modelos são estatisticamente significativas a respeito da explicação do nível de desenvolvimento socioeconômico dos municípios gaúchos.

Sendo assim, uma variação positiva de 1% nos gastos com assistência/previdência produz um aumento de 4,62% no IFDM. Ao realizar essa análise com o termo de interação entre o gasto de assistência/previdência com ano eleitoral, percebe-se a relação continua sendo positiva e significante ao nível de 1%, porém o aumento no IFDM passa a ser de 2,67%.

A variação positiva de 1% nos gastos com saúde/saneamento produz um crescimento de 9,05% no IFDM dos municípios gaúchos. A análise do termo de interação dos gastos com saúde/saneamento e ano eleitoral revela que a relação continua sendo positiva e significante ao nível de 1%, porém com um percentual de crescimento do IFDM menor, que passa a ser de 5,65%.

A análise dos gastos com educação/cultura evidencia que um acréscimo de 1% desses gastos produz um aumento de 12,43% no IFDM dos municípios gaúchos. Sendo este o gasto com maior efeito no IFDM no período analisado. A análise do termo de interação entre educação/cultura e ano eleitoral evidencia que a relação continua sendo positiva e significante ao nível de 1%, porém com um aumento menor no IFDM, que passa a ser de 9,43%.

A análise dos gastos sociais agregados evidencia que uma variação positiva de 1% nos gastos agregados produz um crescimento de 13,58 no IFDM. Observa-se que ao relacionar os gastos totais com os anos pré-eleitorais, eleitorais e pós-eleitorais no termo de interação, os resultados se mostram positivos e estatisticamente significativos sobre o IFDM, representados por, aproximadamente, 13% em anos pré-eleitorais, 9% em anos eleitorais e 15% em anos pós-eleitorais.

Os resultados indicam que as variáveis de gastos sociais, analisadas de forma individual ou agregada, contribuem com o crescimento do índice de desenvolvimento socioeconômico dos municípios gaúchos e que os ciclos políticos oportunistas interferem, negativamente, nessa relação, pois reduzem o efeito dos gastos sociais sobre o desenvolvimento local. Tal efeito pode ser explicado pela redução desses gastos em períodos eleitorais conforme apresentado na Tabela 4, ou seja, em períodos eleitorais os governos gaúchos tendem a gastar menos em áreas sociais, visando mostrar sua competência em outros gastos de maior visibilidade aos eleitores, como investimentos em obras públicas, conforme mencionado por Nunes⁸³.

Outra justificativa pode ser a intenção de reeleição por parte dos prefeitos, conforme destacado por Sakurai e Menezes Filho⁸⁴, despesas mais elevadas efetuadas ao longo dos mandatos tendem a elevar as chances de reeleição dos prefeitos brasileiros, embora despesas mais elevadas executadas especificamente no ano eleitoral tendam a ser prejudiciais para a reeleição.

Os modelos também evidenciam um efeito direto dos ciclos políticos oportunistas sobre o índice de desenvolvimento socioeconômico dos municípios gaúchos. A análise da *dummy* de ano pré-eleitorais evidencia uma redução do IFDM na ordem de 0,53%, 0,16% e 0,63% nos modelos 1, 2 e 3, respectivamente, e aumento de 7,04% no modelo 4. Porém, em anos eleitorais, percebe-se um significativo aumento desses percentuais em relação ao IFDM, representados por valores aproximados de 11%, 23%, 21% e 35% para os modelos 1, 2, 3 e 4 respectivamente, todos com 1% de significância estatística. Nos anos pós-eleitorais, os percentuais de IFDM diminuem consideravelmente, o que pode ser percebido como uma recomposição dos gastos e consequentemente do IFDM.

Esses resultados corroboram a Teoria dos Ciclos Políticos Oportunistas, pois os resultados apontam para os achados de Nordhaus⁸⁵, que demonstrou que, em períodos eleitorais, os gestores tendem a aumentar os aspectos econômicos.

A análise dos ciclos políticos na perspectiva partidária revela que os partidos de esquerda apresentaram um efeito negativo sobre o IFDM, nos modelos que consideraram os gastos com assistência, saúde e educação na explicação do IFDM, essa relação é significativa ao nível de 5% de significância. Em relação aos partidos de direita, o efeito sobre o IFDM também é negativo e estatisticamente significativo, ao nível de 1%, nos modelos que explicam o IFDM pelos gastos em assistência social e saúde, e ao nível de 5% no modelo que explica o IFDM pelos gastos em educação.

Quanto ao alinhamento do partido do prefeito municipal com o governo estadual, os resultados se revelaram negativos, ao nível de 1% nos modelos que consideraram os gastos com assistência e educação na explicação do IFDM. No entanto, o alinhamento político com o governo federal se revelou, positivo e estatisticamente, significativo nos modelos que explicaram o IFDM a partir dos gastos com assistência social, saúde e educação, evidenciando que os municípios gaúchos, cujo Prefeito pertence ao mesmo partido político do Presidente da República, aumentam, aproximadamente, 1% seu nível de desenvolvimento municipal.

⁸³ NUNES, G. S. Ciclos políticos orçamentários: uma análise das despesas em educação e saúde para os municípios do Rio Grande do Sul (2002-12). *Indicadores Econômicos FEE*, v. 44, n. 4, p. 99-110, 2017.

⁸⁴ SAKURAI, S. N.; MENEZES-FILHO, N. A. Fiscal policy and reelection in Brazilian municipalities. *Public Choice*, v. 137, n. 1-2, p. 301-314, 2008.

⁸⁵ NORDHAUS, W. The political business cycle. *Review of Economic Studies*, v. 42, p. 169-190, 1975.

5 Considerações Finais

Este estudo analisou o efeito moderador que os ciclos políticos exercem na relação entre os gastos sociais sobre o desenvolvimento socioeconômico dos municípios gaúchos. Além disso, buscou-se evidências para a influência de outras variáveis políticas, como o alinhamento partidário dos prefeitos municipais com os Governos Estadual e Federal.

Inicialmente, se verificou a existência de ciclos políticos na realização de despesas sociais dos municípios gaúchos. Para tanto, estimaram-se modelos econométricos, um para cada tipo de gasto social. Em todos eles, se percebeu uma elevação dos gastos sociais em período pré-eleitorais, especialmente nos gastos com assistência social e previdência; por outro lado, observou-se uma redução desses gastos nos períodos eleitorais e pós-eleitorais.

A análise da relação dos gastos sociais com o desenvolvimento socioeconômico dos municípios revelou efeitos positivos e estatisticamente significativos em todos os gastos sociais analisados, e ainda, no gasto social agregado. Portanto, os investimentos em assistência social, previdência, saúde, saneamento, educação e cultura, entre os anos de 2004 e 2016, contribuíram com o desenvolvimento socioeconômico local.

Os resultados indicam que as variáveis de gastos sociais, analisadas de forma individual ou agregada, contribuem com o crescimento do desenvolvimento socioeconômico dos municípios gaúchos e os ciclos políticos oportunistas moderam essa relação, interferindo negativamente, pois reduzem o efeito dos gastos sociais sobre o desenvolvimento local.

A ideologia partidária revelou uma relação negativa e estatisticamente significativa sobre os gastos sociais e, conseqüentemente, sobre o desenvolvimento socioeconômico local. O alinhamento partidário dos prefeitos municipais com o Governo Federal se revelou positivo e estatisticamente significativo no desenvolvimento socioeconômico dos municípios gaúchos durante o período analisado.

De forma geral, os resultados dessa pesquisa corroboram a Teoria dos Ciclos Políticos, confirmando a existência de ciclos políticos oportunistas e partidários na realização de gastos sociais dos municípios gaúchos que moderam os efeitos de tipo de gasto no desenvolvimento socioeconômico local.

Como limitação do estudo, destaca-se a falta de informações de variáveis na pesquisa, motivo pelo qual se utilizou o painel desbalanceado. Além disso, o período da análise se limitou ao ano de 2016 por ser o último ano base da divulgação do IFDM. Para pesquisas futuras, sugere-se expandir as análises para outros estados do Brasil a fim de verificar se as relações encontradas nesta pesquisa se confirmam em outras realidades sociais e econômicas.

Referências

- AKERMAN, J. Political economic cycles. *Kyklos*, v. 1, n. 2, p. 107-117, 1947.
- ALESINA, A. Macroeconomic policy in a two-party system as a repeated game. *Quarterly Journal of Economics*, v. 102, p. 651-678, 1987.
- AMURIM, Elisângela Pires da Silva de. *Efeitos dos gastos orçamentários municipais sobre o índice FIRJAN de desenvolvimento municipal (IFDM): análise em municípios do estado de Mato Grosso*. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade do Vale do Rio do Sinos, São Leopoldo, 2013.
- ANDRADE, B. H. S.; SILVA, E. A. S. R. G.; COSTA, A. J. B.; MATOS, N. B. Gasto público e desenvolvimento: uma análise dos municípios brasileiros de grande porte. *Revista Uniaben*, v. 12, n. 32, 2019.

- BARTOLUZZIO, A. I. S. de S.; ANJOS, L. C. M. dos. Ciclos políticos e gestão fiscal nos municípios brasileiros. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 24, p. 167-180, 2020.
- CARVALHO, F. A. A. D.; OLIVEIRA, K. V. D. A contabilidade governamental e a teoria dos ciclos políticos: uma análise empírica fiscal e contábil sobre os municípios do estado do Rio de Janeiro-1998/2006. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, v. 3, n. 1, p. 46-64, 2009.
- CHORTAREAS, G.; LOGOTHETIS, V.; PAPANDREOU, A. A. Political budget cycles and reelection prospects in Greece's municipalities. *European Journal of Political Economy*, v. 43, p. 1-13, 2016.
- COSTA, C. C. D. M.; FERREIRA, M. A. M.; BRAGA, M. J.; ABRANTES, L. A. Fatores associados à eficiência na alocação de recursos públicos à luz do modelo de regressão quantílica. *Revista de Administração Pública*, v. 49, n. 5, p. 1319-1347, 2015.
- DOWNS, A. An economic theory of political action in a democracy. *Journal of Political Economy*, v. 65, n. 2, p. 135-150, 1957.
- FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P. *Manual de análise de dados: estatística e modelagem multivariada com Excel®, SPSS® e Stata®*. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, 2017.
- GAMA, R. B. Resultado primário e ciclo político-eleitoral nos estados brasileiros (1987-2010). *Dados*, v. 62, 2019.
- GÁMEZ, C.; IBARRA-YÚNEZ, A. El ciclo político oportunista y el gasto de los estados mexicanos. *Gestión y política pública*, v. 18, n. 1, p. 39-65, 2009.
- GIONEDIS, E. M.; GUIMARÃES, R. Ciclos político-econômicos: uma análise dos gastos públicos do Estado do Paraná entre 2003 e 2013. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, v. 37, n. 131, p. 177-198, 2016.
- GÓMEZ, M. U. Ciclos políticos y política social en América Latina en el siglo XXI. *Revista Forum*, v. 13, p. 101-118, 2018.
- GONÇALVES, L. G.; FUNCHAL, B.; BEZERRA FILHO, J. E. A influência dos ciclos políticos nos investimentos públicos em infraestrutura: um estudo nos estados brasileiros no período de 2003 a 2014. *Revista de Administração Pública*, v. 51, n. 4, p. 462-481, 2017.
- GUERRA, D.; PAIXÃO, A. N. D.; LEITE FILHO, P. A. M. Os ciclos político-econômicos e os gastos dos estados no Brasil: 1995-2013. *Dados*, v. 61, n. 3, p. 695-734, 2018.
- HIBBS, D. A. Jr. Political parties and macroeconomic policy. *American Political Science Review*, v. 71, 1977.
- KALECKI, M. Political aspects of full employment. *Political Quarterly*, v. 14, 1943.
- LAZARIN, M. F.; MELLO, G. R.; BEZERRA, F. M. A relação entre a dívida pública e o desenvolvimento socioeconômico dos municípios paranaenses: evidências para o período de 2002 a 2010. *Race: revista de administração, contabilidade e economia*, v. 13, n. 2, p. 719-736, 2014.
- LÓPEZ G, M.; RODRÍGUEZ V, A. Ciclos políticos y agregados macroeconómicos: un análisis para el caso colombiano (1970-2005). *Perfil de Coyuntura Económica*, v. 12, p. 137-158, 2008.
- MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- MORAIS, L. M. F.; SARMENTO, T. L. D. F.; DINIZ, J. A.; QUEIROZ, D. B. Determinantes dos gastos públicos dos municípios brasileiros. In: CONGRESSO USP INTERNATIONAL CONFERENCE IN ACCOUNTING, 18., 2018, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo, 2018.

- NAKAGUMA, M. Y.; BENDER, S. A emenda da reeleição e a Lei de Responsabilidade Fiscal: impactos sobre ciclos políticos e performance fiscal dos Estados (1986-2002). *Economia aplicada*, v. 10, n. 3, p. 377-397, 2006.
- NORDHAUS, W. The political business cycle. *Review of Economic Studies*, v. 42, p. 169-190, 1975.
- NUNES, G. S. Ciclos políticos orçamentários: uma análise das despesas em educação e saúde para os municípios do Rio Grande do Sul (2002-12). *Indicadores Econômicos FEE*, v. 44, n. 4, p. 99-110, 2017.
- OLIVEIRA, T. M. G. de; DALL'ASTA, D.; ZONATTO, V. C. S.; MARTINS, V. A. Gestão fiscal municipal: uma análise sob a ótica do federalismo fiscal e dos ciclos políticos nos governos locais. *Administração Pública e Gestão Social*, v. 13, n. 4, 2021.
- PINTO, N. G. M.; CORONEL, D. A.; VIEIRA, K. M.; CERETTA, P. S. A influência dos fatores socioeconômicos no endividamento dos municípios do Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 11, n. 1, 2015.
- PREARO, L. C.; MARACCINI, M. C.; DO CARMO, M. R. Fatores determinantes do índice de desenvolvimento humano dos municípios do Estado De São Paulo. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 5, n. 1, p. 132-155, 2015.
- QUEIROZ, D. B; MORAIS, L. M. F; SOUZA, A. G. S. F; SILVA, V. K. R. Mandatos eleitorais e ciclos político-orçamentários: evidências dos estados brasileiros. *Administração Pública e Gestão Social*, v. 11, n. 2, 2019.
- QUEIROZ, M. C. L.; SILVA, A. B. Ciclos políticos orçamentários no estado do Ceará, 1986-2006. *Planejamento e políticas públicas*, v. 35, 2010.
- ROGOFF, K. Equilibrium political budget cycles. *The American Economic Review*, v. 80, n. 1, p. 21-26, 1990.
- ROGOFF, K.; SIBERT, A. Elections and macroeconomic policy cycles. *The review of economic studies*, v. 55, n. 1, p. 1-16, 1988.
- SAKURAI, S. N. Ciclos políticos nas funções orçamentárias dos municípios brasileiros: uma análise para o período 1990-2005 via dados em painel. *Estudos Econômicos*, v. 39, n. 1, p. 39-58, 2009.
- SAKURAI, S. N.; MENEZES-FILHO, N. A. Fiscal policy and reelection in Brazilian municipalities. *Public Choice*, v. 137, n. 1-2, p. 301-314, 2008.
- SANTOS, P. H. P. dos; WAKIM, V. R.; FERNANDES, C. I. P. Ciclos políticos eleitorais: há influência das eleições municipais sobre a execução orçamentária dos municípios mineiros?. *Contabilidade Gestão e Governança*, v. 24, n. 2, p. 239-255, 2021.
- SILVA, S. L. P.; FARONI, W. Ciclos político orçamentários: um estudo para os municípios do estado de Minas Gerais–2000/2008. *Sinergia*, v. 14, n. 1, p. 9-20, 2010.
- SILVA, W. V.; MACHADO, E. A.; DE ALMEIDA, L. B.; CASTOR, B. J. V. Influência dos ciclos políticos sobre o índice social municipal (saúde e educação) dos municípios paranaenses a partir da teoria dos lugares centrais. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 10, n. 2, 2014.
- SIQUEIRA, F. F. Ciclo político: uma revisão literária. *Informações Fipe-Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas*, v. 427, 2016.
- SOUZA, L. C.; DE AZEVEDO, R. R.; CROZATTI, J. Dicotomias fiscais e distributivas dos ciclos político-orçamentários: análise da reserva de contingência nos municípios brasileiros. *Revista do Serviço Público*, v. 72, n. 1, p. 232-261, 2021.
- VEIGA, L. G.; VEIGA, F. J. Political business cycles at the municipal level. *Public choice*, v. 131, n. 1-2, p. 45-64, 2007.

VELOSO, G. O.; BORNHOLD, S. D. Averiguação empírica de ciclos políticos nos municípios gaúchos, entre 1995 e 2008. *Ensaios FEE*, v. 36, n. 4, p. 1069-1096, 2016.

VIDEIRA, R. A.; MATTOS, E. Ciclos políticos eleitorais e a interação espacial de políticas fiscais entre os municípios brasileiros. *Economia Aplicada*, v. 15, n. 2, p. 259-286, 2011.

WOOLDRIDGE, J. M. *Introdução à econometria*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

Para publicar na revista Brasileira de Políticas Públicas, acesse o endereço eletrônico www.rbpp.uniceub.br
Observe as normas de publicação, para facilitar e agilizar o trabalho de edição.